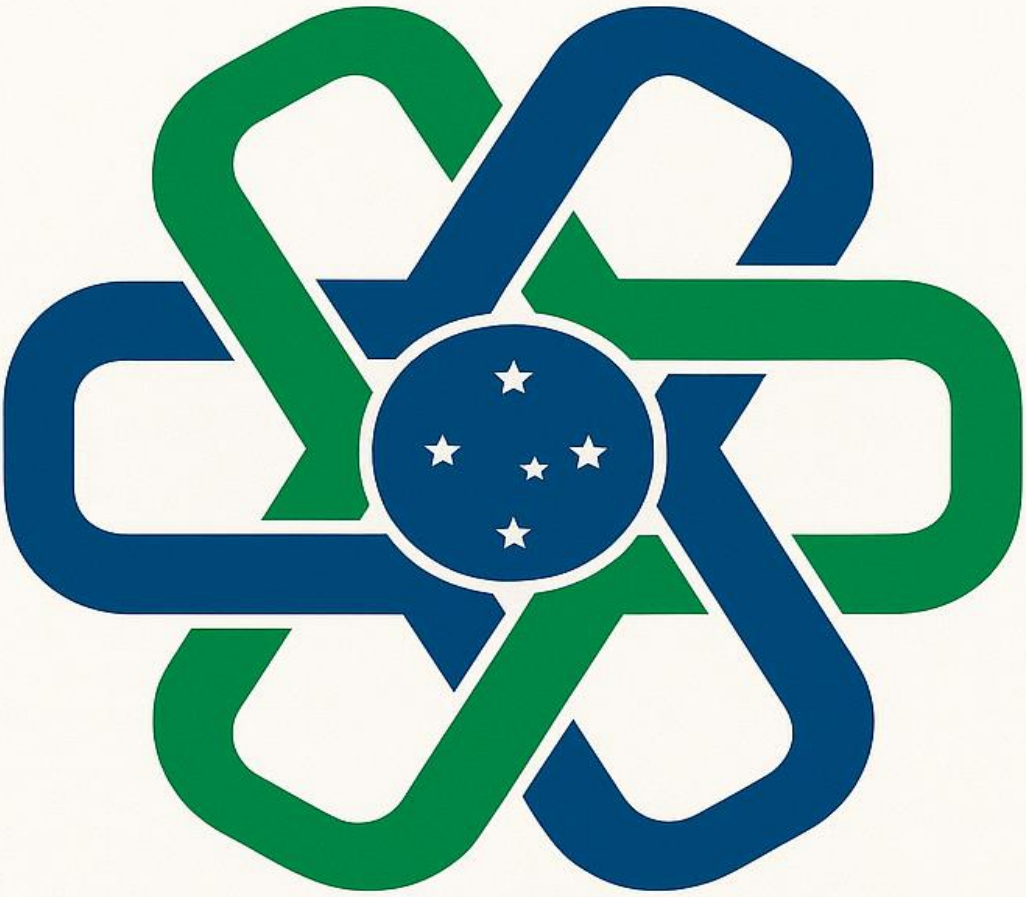


UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná

NOTA TÉCNICA – V. 1, N. 1, 2025

APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE LONDRINA

Kauana Aparecida Dias[1]
Vinicius Rafael de Souza Pereira[2]
Paulo Guilherme Alarcon Fernandes[3]

Objetivou-se oferecer uma análise sobre o funcionamento do setor público e o emprego das políticas públicas no cotidiano da sociedade brasileira, destacando a realidade de municípios da região de Londrina no norte do Paraná. Embora comumente se associe o setor público apenas à cobrança de tributos ou a sua função reguladora do Estado, seu escopo é amplo. É uma estrutura que arrecada receitas e as redistribui sob a forma de bens e serviços essenciais à população, como saúde, educação, transporte, segurança e infraestrutura.

Foi proposto estabelecer mecanismos de funcionamento do setor público e investigar, a partir de dados empíricos, como os governos municipais da região intermediária de Londrina arrecadam, planejam e aplicam seus recursos. Com isso, intencionou-se fomentar a compreensão da população sobre a gestão pública e estimular o engajamento cidadão na fiscalização das políticas implementadas.

O setor público atua na organização social, sendo responsável pela prestação de serviços fundamentais, financiados por tributos pagos pelos contribuintes. Desta forma, a gestão desses recursos demanda planejamento e observação de normativas legais que assegurem a transparência e a eficiência administrativa. O arcabouço legal que orienta essa gestão é composto por três instrumentos principais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), todos previstos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e regulamentados pela Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964). Especificamente, o PPA estabelece, para um período de quatro anos, os objetivos estratégicos e metas da administração pública de acordo com a constituição de 1988, Brasil (1988). Por sua vez, A LDO, realizada anualmente, orienta a elaboração da LOA ao definir prioridades e metas fiscais para o exercício subsequente, conforme Brasil, (1964). Ainda neste contexto, a LOA detalha as receitas e despesas autorizadas, viabilizando a execução das políticas públicas (Brasil, 1964).

Esses instrumentos são submetidos à apreciação do poder legislativo, com participação da sociedade civil organizada por meio de audiências e consultas públicas, assegurando que as decisões orçamentárias estejam ancoradas em princípios democráticos e técnicos. No âmbito municipal, esse processo viabiliza assegurar a efetividade dos serviços prestados à população.

[1] Aluno(a) de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.
[2] Aluno(a) de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.
[3] Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.

Para ilustrar as dinâmicas de arrecadação e despesa, foram analisados dados de cinco municípios: Londrina, Apucarana, Cambé e Rolândia, Tabela 1, com base em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tesouro Nacional referentes ao ano de 2022. Os dados revelam que Londrina apresenta a maior receita total e per capita, reflexo de seu porte demográfico, dinamismo econômico e volume de transferências intergovernamentais. Cambé, por sua vez, registrou a menor arrecadação per capita, o que pode refletir limitações estruturais ou desafios de gestão. De forma interessante, Rolândia superou Apucarana e Cambé em termos de receita per capita, demonstrando que variáveis como eficiência administrativa e perfil produtivo podem ser determinantes.

Tabela 1 - População, Receita Total e Receita per capita em municípios da Região de Londrina (2022)

Município	População	Receita Total (R$)	Receita per Capita (R$)
Londrina	555.965	2.867.994.643,19	5.158,59
Apucarana	130.134	531.892.836,10	3.904,26
Cambé	107.208	418.418.391,70	3.740,19
Rolândia	71.670	320.957.897,3	4.763,19

Fonte: originais da pesquisa com base em dados do Tesouro Nacional e IBGE.

As disparidades identificadas apontam desigualdades entre as municipalidades que demandam estratégias colaborativas, como os consórcios intermunicipais para a redução das discrepâncias. Assim, este mecanismo permitem a prestação conjunta de serviços e a otimização da busca por recursos, promovendo maior equidade na oferta de bens públicos. A partir da Tabela 1, destaca-se os bens semipúblicos, como saúde, educação e infraestrutura, cuja provisão não é plenamente garantida pelo mercado. Nesses segmentos, o Estado atua para assegurar o bem-estar coletivo e promover o desenvolvimento sustentável. Por sua vez, a saúde contribui para o aprimoramento das condições de vida; a educação eleva o capital humano; e a infraestrutura impulsiona a integração territorial e a competitividade econômica. No caso a saúde, em relação aos investimentos de 2022, conforme a Lei Complementar nº 141/2012 (Brasil, 2012), os municípios são obrigados a aplicar pelo menos 15% da receita corrente na área (Brasil, 2012). Com isso, Londrina investiu aproximadamente R$ 838,7 milhões (29,24% da receita total); Cambé, R$ 106,5 milhões (25,46%); e Rolândia, R$ 80,3 milhões (25,02%), todos acima do piso legal, Tabela 2.

Tabela 2 - Gastos em saúde dos municípios no ano de 2022

Município	Saúde	Receita Total	Percentual de Gastos em Saúde
Londrina	R$ 838.733.662,28	2.867.994.643,19	29,24%
Apucarana	R$ 175.666.884,65	531.892.836,10	33,03%
Cambé	R$ 106.546.264,33	418.418.391,70	25,46%
Rolândia	R$ 80.311.397,18	320.957.897,30	25,02%

Fonte: originais da pesquisa com base em dados do Tesouro Nacional e IBGE.

O município de Apucarana, Tabela 2, destacou-se ao destinar R$ 175,6 milhões para a saúde (33,03% da receita), mais que o dobro do percentual exigido. Esse resultado pode ter ocorrido devido ações como a construção e revitalização de Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Por exemplo, a UBS do Jardim Primavera, financiada com R$ 2,6 milhões estaduais, e a renovação da frota da estratégia saúde da família, 21 veículos adquiridos com R$ 2,1 milhões. Assim, esses investimentos foram realizados com recursos repassados do governo estadual, totalizando cerca de R$ 13 milhões em obras, equipamentos e veículos. Adicionalmente, a estratégia de fortalecimento da atenção primária pode ter contribuído para a redução de internações e da sobrecarga em serviços de alta complexidade (Agência Estadual de Notícias, 2022).

Em resumo, as políticas públicas são capazes de aumentar o bem-estar social e o desenvolvimento regional. Com isso, sua formulação e implementação devem ser pautadas pelo planejamento, pela transparência e pela orientação a resultados. Além disso, o uso eficaz dos instrumentos orçamentários permite o monitoramento da execução fiscal e a avaliação de políticas. Assim, a fiscalização cidadã, o controle institucional e o engajamento da sociedade civil fortalecem a democracia.

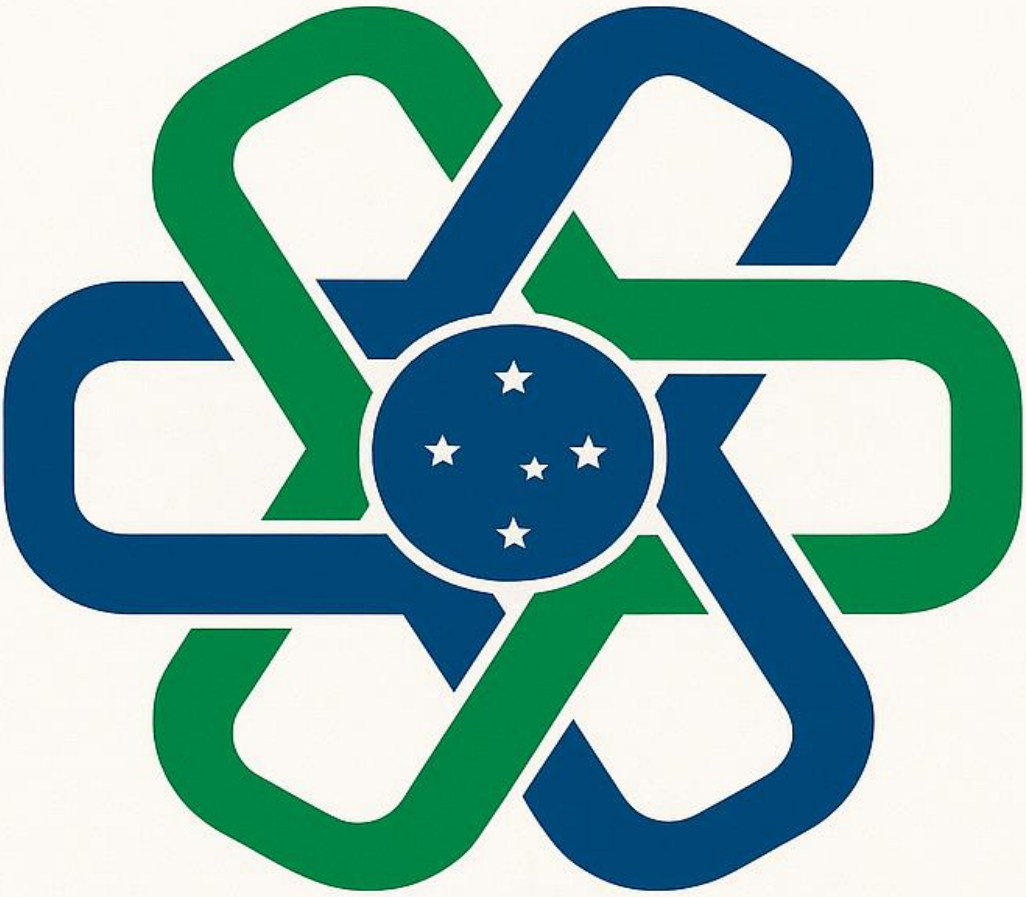
REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Com entrega de carros, Estado libera R$ 13 milhões para saúde da região de Apucarana**. Curitiba, 2022. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-entrega-de-carros-Estado-libera-R-13-milhoes-para-saude-da-regiao-de-Apucarana. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 mar. 1964. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. **Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; regula a fiscalização, a avaliação e o controle das despesas com saúde; e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 10, p. 1, 16 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm. Acesso em: 24 maio 2025.



UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná

REORIENTAÇÕES DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DE APUCARANA CONFORME AS PRIORIDADES DA GESTÃO MUNICIPAL

Eduardo Felipe de Camargo[1]
Paulo Guilherme Alarcon Fernandes[2]

Buscou-se, por intermédio desta nota, analisar o desempenho financeiro do município de Apucarana – localizado no estado do Paraná – durante o primeiro quadrimestre do exercício de 2025. Foi examinado os componentes centrais das receitas e despesas públicas, com destaque para comparações entre os dois bimestres que compõem esse período.

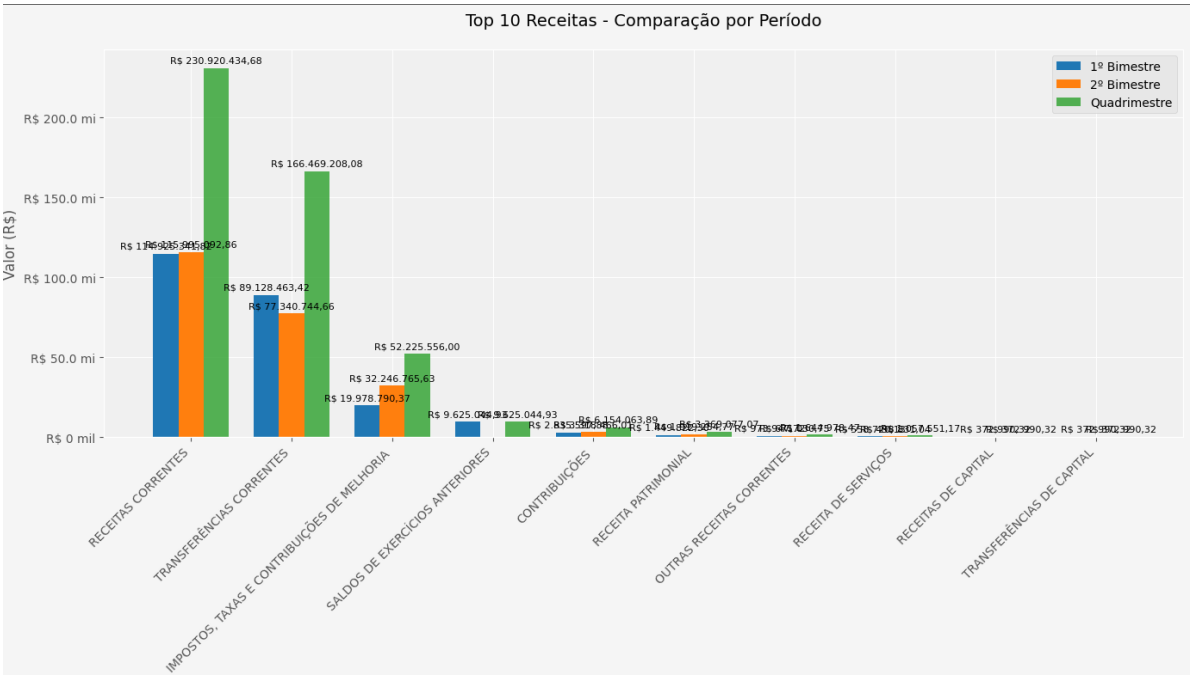
A análise adquire relevância à luz do regime de responsabilidade fiscal estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 2000, Brasil (2020). Logo, conforme previsto no artigo 1º dessa legislação, a gestão fiscal deve ser conduzida de maneira planejada e transparente, com foco na prevenção de riscos e correção de desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas. Adicionalmente, a lei impõe o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas, além da observância de limites para renúncias fiscais, gastos com pessoal, endividamento e inscrição de restos a pagar.

A partir das diretrizes da Lei Complementar nº 101, de 2000, Brasil (2020), demonstrou-se os fluxos de receitas e despesas municipais, segmentados por fontes e funções sobre a eficiência da alocação de recursos. Para tal, foram selecionadas as dez principais fontes de receitas e despesas do município no período em questão, com base em dados extraídos do portal da transparência do município de Apucarana, Prefeitura Municipal de Apucarana (2025), especificamente dos relatórios de balanço orçamentário e das despesas por função e subfunção.

Desta forma, identificou-se que a receita corrente estimada para o ano de 2025 é de R$ 645.714.783,41. Por conseguinte, o valor arrecadado corresponde a 35,76% dessa previsão. Dentre as fontes com maior peso nos dois primeiros bimestres, destacam-se as transferências correntes, os impostos e as taxas, que juntas representaram 33,89% do total arrecadado, conforme destacado pela Figura 1.

[1] Aluno(a) de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.
[2] Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.

Figura 1 - As dez principais fontes de receita do município de Apucarana



Fonte: dados originais da pesquisa com base em dados do portal da transparência de Apucarana, Prefeitura Municipal de Apucarana (2025).

Conforme visto na Figura 1, as dez principais fontes de receita evidenciam as transferências correntes, impostos, taxas e contribuições, saldos de exercícios anteriores, e receitas patrimoniais. No segundo bimestre, a receita corrente cresceu 0,9% em relação ao primeiro, sugerindo uma tendência positiva. Os impostos e taxas tiveram o maior crescimento relativo, com 61,4%; as contribuições aumentaram 17%; e as receitas patrimoniais, 32,4%.

No que tange às despesas, adotou-se a mesma estratégia de seleção das dez maiores. Os setores com maior despesa foram saúde, educação, administração, encargos especiais e urbanismo. À vista disso, a saúde respondeu por R$ 64.273.734,42 em despesas, o equivalente a 30,07% da previsão anual. A educação totalizou R$ 53.387.405,67, ou 27,85% da estimativa anual. Ambas, juntas, corresponderam a 18,22% da receita corrente projetada para o ano. Ademais, comparando os bimestres, as variações foram significativas: a saúde registrou aumento de 20,6%, educação 45,8% e as despesas com administração cresceram 31,6% no segundo bimestre.

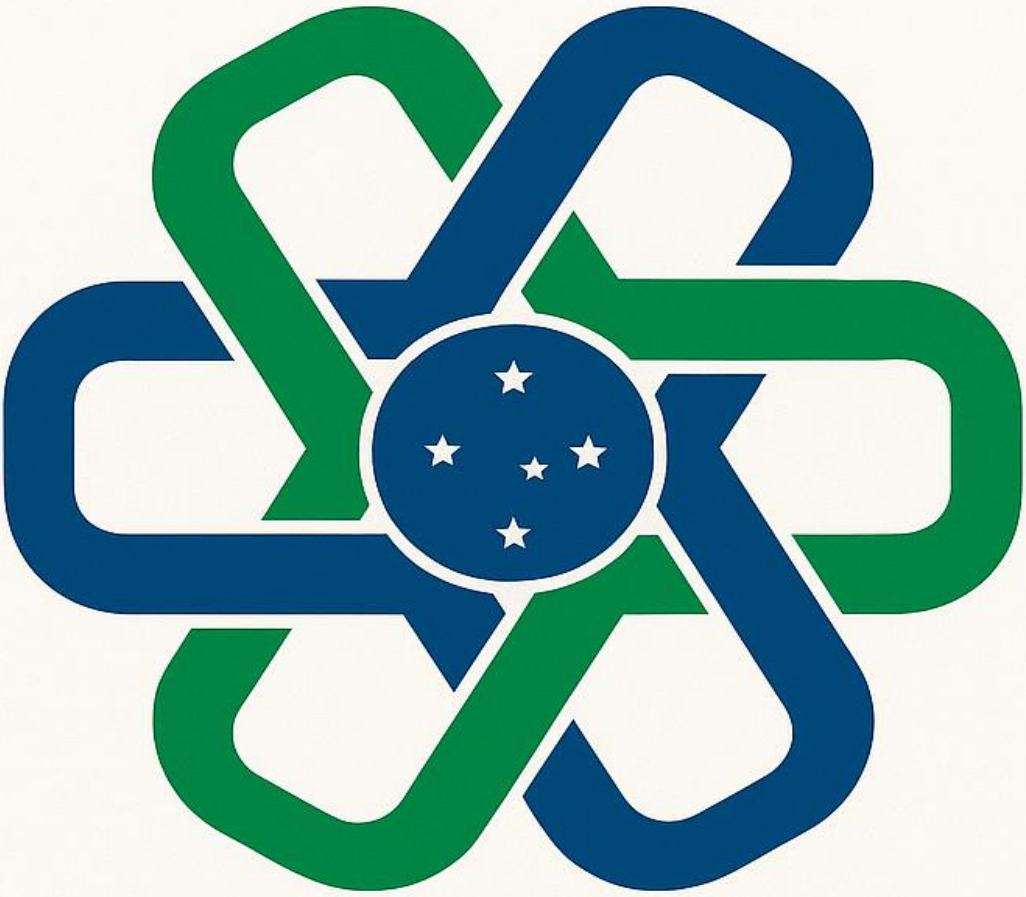
Essas dinâmicas indicam uma realocação de recursos voltada para as prioridades da gestão municipal em curso. Além disso, as mudanças entre bimestres revelam tanto cortes quanto incrementos setoriais. A título

de exemplo, o setor cultural sofreu redução de 41,29%, enquanto a educação teve aumento de 45,80% nos investimentos. Esses dados sugerem a direção das políticas públicas atualmente adotadas no município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 de maio, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA**. Portal da Transparência [online]**. Apucarana, 2024. Disponível em: https://apucarana.atende.net/transparencia/. Acesso em: 9 jun. 2024.



UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná

NOTA TÉCNICA – V. 1, N. 3, 2025

A DIVERSIFICAÇÃO ECONOMICA DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE LONDRINA COM ÊNFASE NO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Iago Rufato Rodrigues[1]
Paulo Guilherme Alarcon Fernandes[2]

Este estudo teve como foco examinar o desempenho econômico dos setores de comércio e indústria na região intermediária do município Londrina, com base em dados quantitativos atualizados e fundamentos teóricos da microeconomia. Com isso, utilizou-se conceitos como firma, mercado concorrencial, produtividade marginal e eficiência alocativa, buscando entender como esses setores contribuem para o desenvolvimento regional.

A partir disso, a região imediata de Londrina, que inclui os municípios de Arapongas, Apucarana, Cambé e Londrina, possui uma população estimada em 1.108.526 habitantes e apresenta um índice de urbanização de 96,14%, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2023). Dessa maneira, a urbanização simplifica a formação de mercados locais e influencia a distribuição espacial da atividade produtiva, em consonância com a teoria de localização discutida por Krugman e Wells (2006).

Com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais, (RAIS, 2025), indicou-se que a região conta com 12.851 estabelecimentos industriais e 80.937 empregos formais na indústria de transformação. Em consonância, de cordo com IPARDES (2023), o Valor Adicionado Fiscal (VAF) do setor industrial foi de R$ 223,8 milhões. Portanto, relacionando os achados com a teoria da firma, conforme apresentada por Pindyck e Rubinfeld (2013, p. 205), afirma-se que as empresas produzem até o ponto em que o custo marginal iguala o preço de mercado – em uma estrutura de concorrência perfeita - o que implica que a eficiência produtiva, a disponibilidade de insumos e a infraestrutura são determinantes para o crescimento industrial.

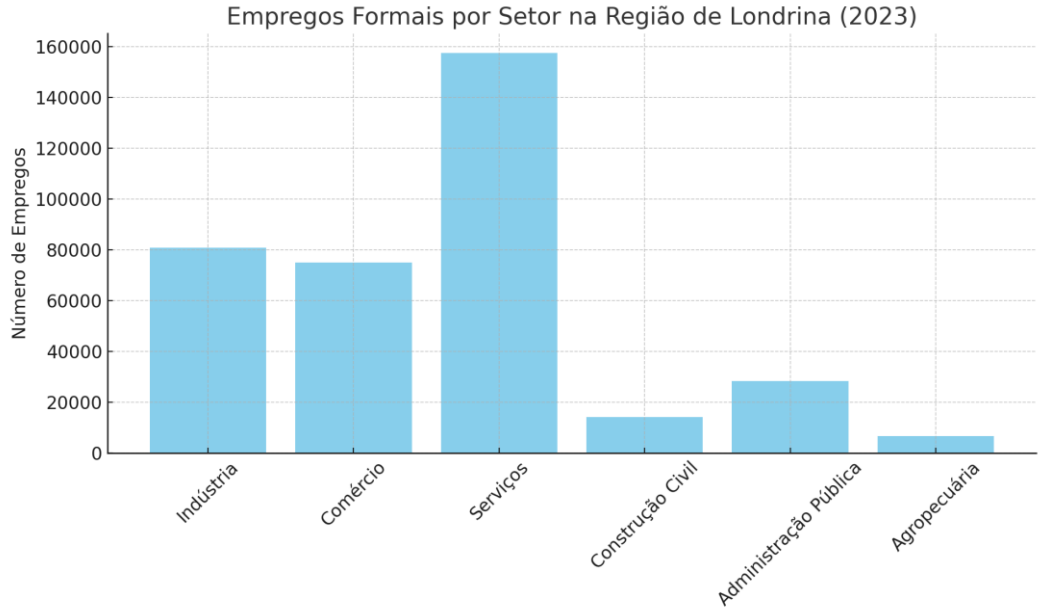
A partir da teoria microeconomia, a presença de agrupamentos industriais, como o polo moveleiro de Arapongas e o de confecção em Apucarana, podem ser analisados sob a ótica da teoria dos custos de transporte e da especialização produtiva regional, conforme os princípios formulados por Marshall (1890).

Conforme mostra a Figura 1, no setor de comércio, a região contabiliza 74.946 empregos formais e 13.804 estabelecimentos (RAIS, 2025), com um VAF de R$ 474,5 milhões, segundo o IPARDES (2023). Então, em contextos urbanos como Londrina, que apresentam diversidade econômica, é comum a ocorrência

[1] Aluno(a) de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.
[2] Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.

de concorrência monopolística. Por isso, segundo Varian (2010), as firmas se diferenciam por meio de produtos e exercem algum grau de poder de mercado.

Figura 1 – Empregos formais por setor na região intermediária de Londrina



Fonte: original da pesquisa com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2023).

A teoria microeconômica também destaca que o desempenho do setor comercial depende diretamente da renda disponível das famílias e do comportamento do consumidor (Pindyck e Rubinfeld, 2013, p. 97), os quais são impactados pelas condições gerais da economia regional. Desse modo, o Produto Interno Bruto (PIB) da região intermediária de Londrina é de R$ 47,58 bilhões, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), com um PIB per capita de R$ 42.725. Desse montante, R$ 10,1 bilhões provêm da indústria e R$ 5,51 bilhões do comércio e serviços.

Dando sequência no contexto teórico, a teoria da eficiência alocativa acusa que uma economia atinge eficiência quando não é possível realocar recursos sem causar prejuízo a outro agente econômico (Pindyck e Rubinfeld, 2013, p. 147). Assim, a estrutura produtiva do da região é apoiada nos setores industrial e comercial e sugere um uso eficiente dos recursos disponíveis. Além do mais, a região conta com 157.422 empregos em serviços, 14.096 na construção civil, 28.365 na administração pública e 6.635 na agropecuária, em conformidade com a RAIS (2023), refletindo uma economia com orientação para o setor terciário. Com isso, segundo a teoria do capital humano de Becker (1964), regiões com maior densidade de serviços têm maior capacidade de atrair profissionais qualificados, o que reforça os processos de especialização econômica.

Em conclusão, o norte do Paraná apresenta uma economia diversificada e bem estruturada. Sob a perspectiva microeconômica, observa-se uma região com elevado grau de eficiência produtiva, impulsionada por fatores locacionais, especialização setorial, demanda agregada e qualificação da mão de obra.

REFERÊNCIAS

BECKER, G. S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis**. University of Chicago Press, 1964.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 15 jun. 2025.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. 2023. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/. Acesso em: 15 jun. 2025.

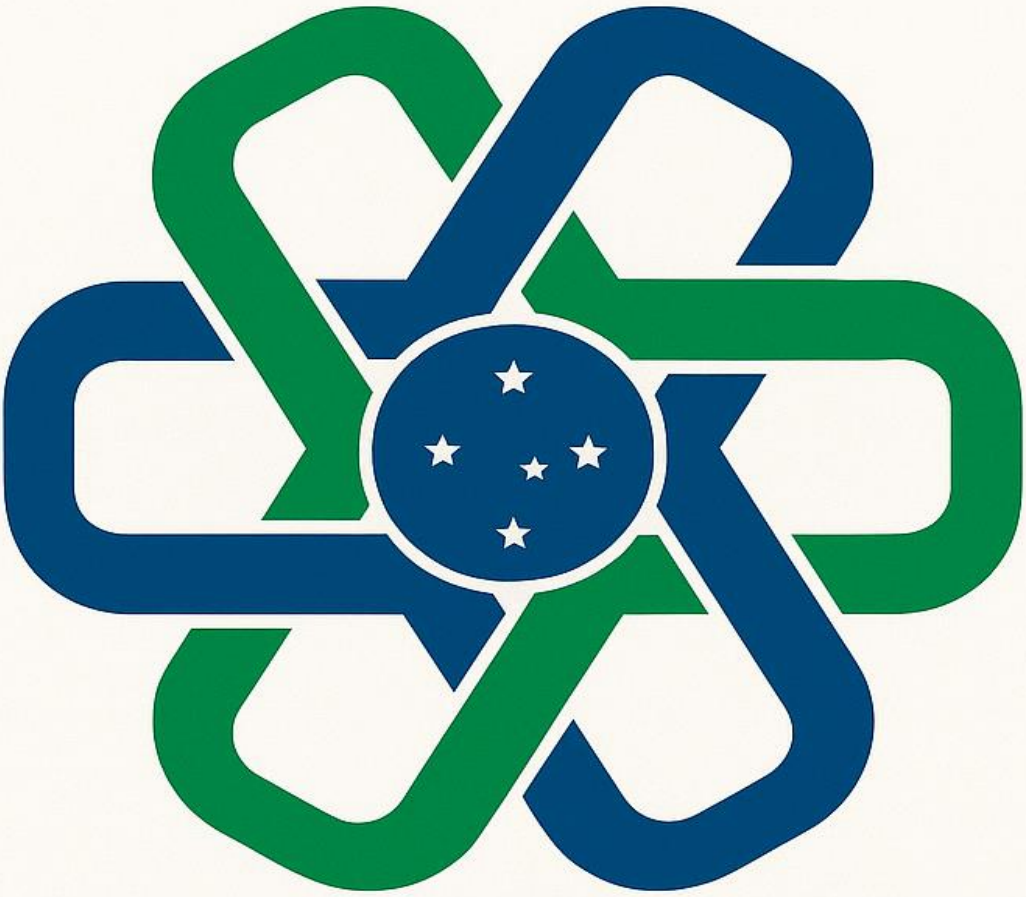
KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. 2025. Disponível em: https://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf. Acesso em: 15 jun. 2025.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: Uma Abordagem Moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARSHALL, A. **Principles of Economics**. 8. ed. London: Macmillan, 1890.



UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná

NOTA TÉCNICA – V. 1, N. 4, 2025

DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SAÚDE NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE LONDRINA

Jhennifer Gabrielli do Amaral dos Reis[1]
Ana Karolina da Silva Sampaio[2]
Paulo Guilherme Alarcon Fernandes[3]

A finalidade desta nota técnica foi de examinar a relação entre indicadores de saúde - como mortalidade, natalidade e acesso a serviços - e o desenvolvimento econômico nos municípios da região intermediária de Londrina, no Paraná. Também se analisou a distribuição da infraestrutura de saúde na região e os efeitos da política pública de saúde sobre o bem-estar social e a produtividade regional, com base em fundamentos teóricos da microeconomia.

Composta por 97 municípios, a região intermediária de Londrina abrange as regiões imediatas de Londrina, Apucarana, Cornélio Procópio-Bandeirantes, Ivaiporã e Santo Antônio da Platina, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025). Essa região pode ser marcada por elevada heterogeneidade socioeconômica e territorial, que se traduz em diferentes padrões de acesso à saúde e em níveis variados de desenvolvimento. Desta forma, municípios maiores como Londrina, Apucarana e Jacarezinho concentram a maior parte da infraestrutura de saúde. Em contraste, localidades de pequeno porte, como Nova América da Colina ou Godoy Moreira, enfrentam dificuldades na oferta de profissionais e serviços especializados, o que afeta a qualidade de vida e a produtividade local.

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (Paraná, 2015) e do IBGE (2025), a taxa média de natalidade na região foi de 11,7 por mil habitantes no primeiro trimestre de 2025, destacando-se municípios como Tamarana e Rio Branco do Ivaí. Adicionalmente, a mortalidade infantil atingiu 12,2 óbitos por mil nascidos vivos, com índices mais altos em áreas rurais e mais baixos em centros urbanos.

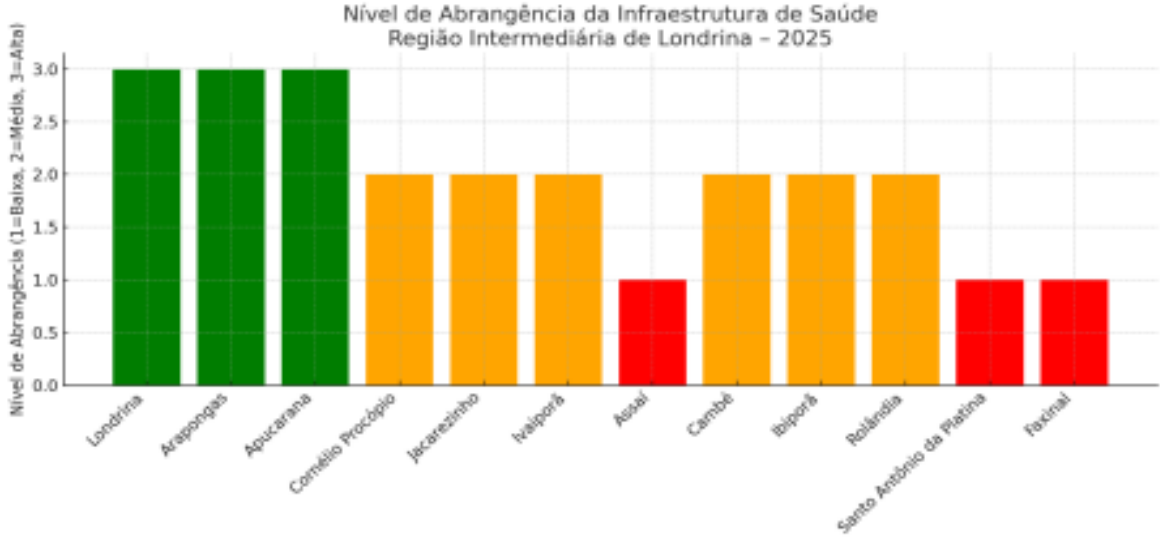
Logo, a teoria da demanda e do consumidor - destacada por Pindyck e Rubinfeld (2013, p. 54) - indica que famílias urbanas, com maior renda e escolaridade, tendem a consumir mais serviços de saúde preventiva e a contratar planos privados. Por outro lado, a teoria da firma explica a localização de empresas de saúde em grandes centros urbanos, como Londrina, onde há ganhos de escala e maior potencial de lucro. Continuando, a teoria dos bens públicos reforça a importância do investimento estatal em saúde devido aos efeitos positivos sobre toda a sociedade.

[1] Aluno(a) de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.
[2] Aluno(a) de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.
[3] Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.

Isto posto, a desigualdade na distribuição da infraestrutura de saúde é existente. Londrina possui mais de 3,5 médicos por mil habitantes, enquanto municípios como Cândido de Abreu e Sapopema apresentam menos de 1,5, segundo Paraná (2015). Desta forma, a teoria da localização e dos custos de transporte, Pindyck e Rubinfeld (2013, p. 232), explica essa concentração de serviços em áreas densamente povoadas. Assim, dificulta-se o acesso à saúde nas cidades menos populosas.

Neste contexto, Londrina possui mais de 120 unidades de saúde, enquanto Grandes Rios e Jardim Alegre contam com menos de 10, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2025). Portanto, essa diferença destaca as barreiras estruturais ao acesso universal ao Sistema Único de Saúde (SUS), pois a centralização em cidades pode gerar dependência e eleva os custos de deslocamento para atendimento. Em resumo, a falta de infraestrutura na saúde em municípios de menor porte pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1 - Nível de abrangência da infraestrutura de saúde na região intermediária de Londrina



Legenda: os de alta abrangência, representados pela cor verde, como Londrina e Apucarana; os de média abrangência, indicados pela cor laranja, como Cambé e Ibiporã; e, por fim, os de baixa abrangência, sinalizados pela cor vermelha, como Faxinal e Assaí.
Fonte: original da pesquisa com base no Plano Diretor de Regionalização, Paraná (2015).

Com base na Figura 1, percebe-se que bons indicadores de saúde podem estar ligados à produtividade e à qualidade de vida. Logo, as desigualdades estruturais na distribuição de infraestrutura e profissionais de saúde comprometem o desenvolvimento regional equilibrado. Com isso, as ferramentas da microeconomia permitem compreender essas dinâmicas e propor soluções baseadas em incentivos, eficiência e localização. Por isso, recomenda-se a implementação de políticas para fixação de profissionais da saúde em municípios

com baixa densidade médica, ampliação da rede de atenção básica e a expansão de consórcios intermunicipais para compartilhamento de recursos e serviços.

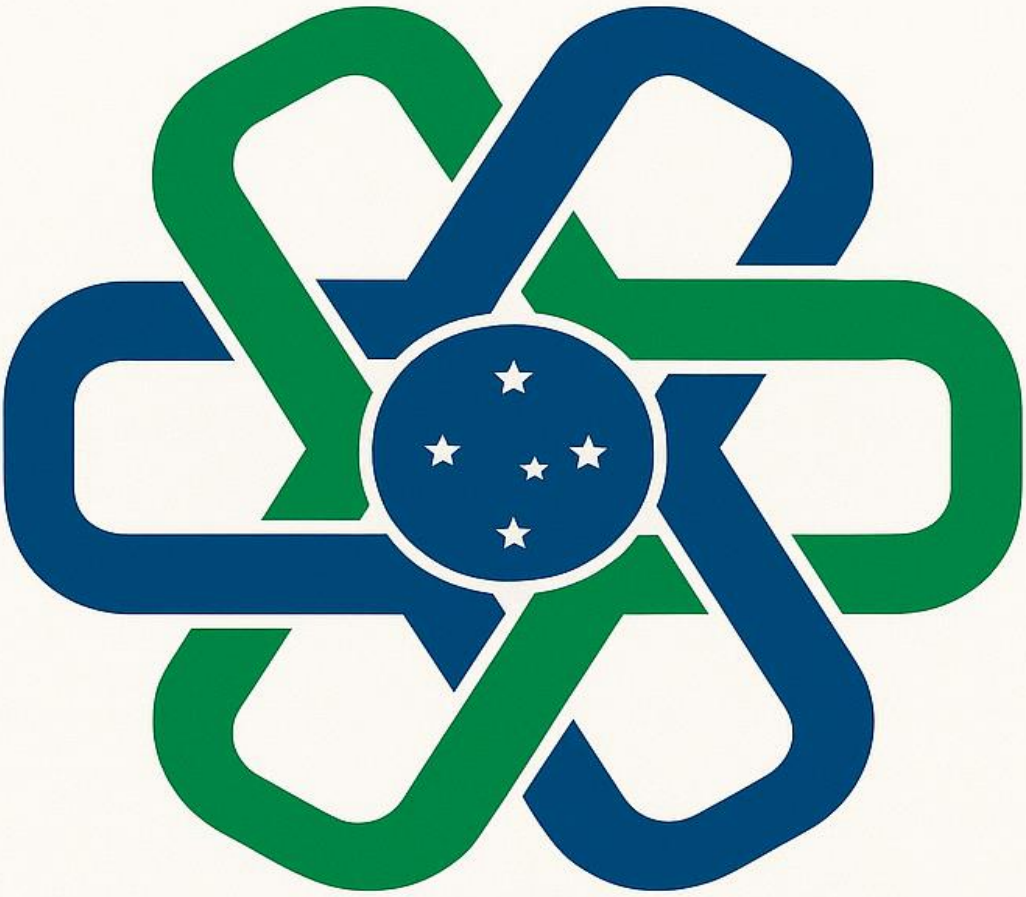
REFERÊNCIAS

DATASUS. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde**. 2025. Disponível em: https://datasus.saude.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisões regionais do Brasil**. 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html. Acesso em: 15 jun. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano Diretor de Regionalização**. 2015. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020--05/pdr_compilado_final_correcao_em_08_07_2016_0.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2013.



UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná

NOTA TÉCNICA – V. 1, N. 5, 2025

O SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LONDRINA COMO VETOR PARA O AUMENTO DO TRABALHO FORMAL

Larissa dos Santos de Souza[1]
Mário Leonardo de Freitas Magon[2]
Paulo Guilherme Alarcon Fernandes[3]

Nos últimos anos, verifica-se um crescimento nos setores de comércio e serviços em Londrina, intensificado no primeiro trimestre de 2025. Desse modo, esse avanço está vinculado ao processo de interiorização da economia e do consumo, que tem sido favorecido pelo aprimoramento na infraestrutura urbana, diversificação dos serviços ofertados e aumento do poder aquisitivo da população. Adicionalmente, considerando a localização estratégica de determinados empreendimentos e sua vocação funcional, a conversão de unidades habitacionais em estabelecimentos comerciais e de serviços se revelou ser uma tendência. Assim sendo, Lago (2012) destacou que a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) solicitou ao Ministério das Cidades a inserção de unidades de uso misto em projetos de habitação social.

Por sua vez, Gomes (2015) analisou a distribuição dos estabelecimentos comerciais ligados ao consumo produtivo no agronegócio do Paraná e observou que, em 2007, Londrina e Maringá despontavam na região norte-central do estado. Ao sul, Guarapuava - 1,77% de participação, Cascavel, Toledo e Ponta Grossa também se destacavam. Em 2012, Cascavel, Londrina e Curitiba continuaram entre os municípios com maior participação. Posto isso, notou-se o crescimento de Arapongas na região norte-central, bem como o avanço de Guarapuava, Pato Branco e Cascavel. Em contrapartida, Toledo apresentou a maior variação negativa no período.

Para subsidiar esta nota técnica, utilizou-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) como referência para identificar as atividades comerciais e de serviços com consumo produtivo relevante, vinculadas ao agronegócio e à indústria, nos anos de 2007 e 2012. A escolha desse recorte temporal fundamenta-se nas mudanças metodológicas implementadas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) a partir de 2006. Assim, objetivou-se investigar e mapear a distribuição espacial dessas atividades econômicas e detectar padrões e mudanças em suas localizações.

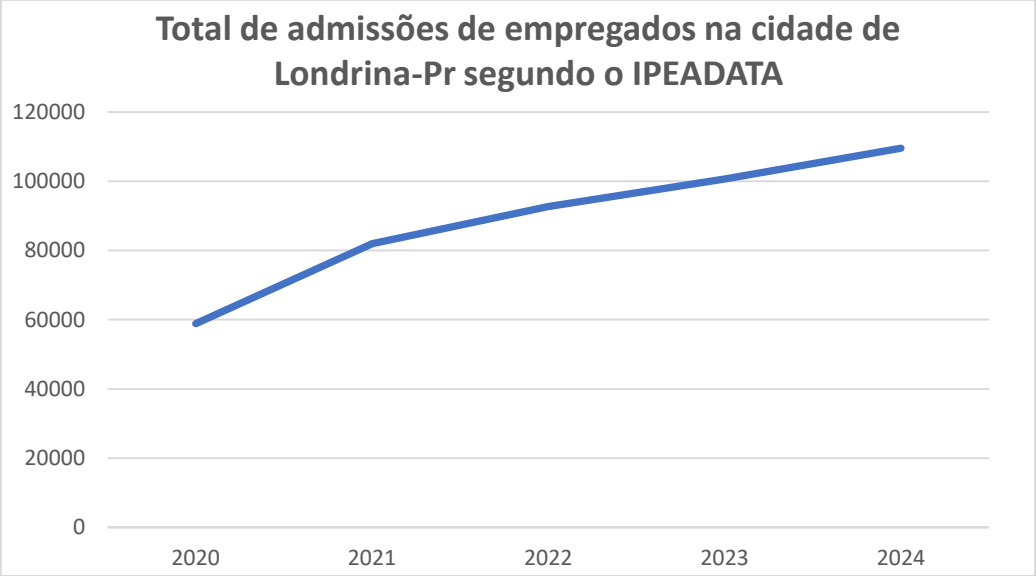
Ademais, examinou-se a dinâmica do setor de comércio e serviços na contribuição e formalização do mercado de trabalho em Londrina. Compreendeu-se os efeitos da expansão e fortalecimento desse setor sobre

[1] Aluno(a) de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.
[2] Aluno(a) de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.
[3] Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.

a geração de empregos formais, levando em conta as transformações econômicas locais, o perfil empresarial e a função das políticas públicas.

À vista disso, a admissões formais entre 2020 e 2024, coletadas pela base de dados da RAIS, permitiu avaliar o mercado de trabalho diante de diferentes conjunturas econômicas, incluindo a pandemia da COVID-19 e sua posterior recuperação. Com isso, em 2023, mais de 35 mil empregos formais foram registrados em Londrina, Figura 1, no setor de comércio e serviços, representando cerca de 62% do total de vínculos empregatícios (RAIS, 2023). Desta forma, aponta-se o setor terciário como principal gerador de empregos formais.

Figura 1 - Total de admissões de empregados na cidade de Londrina



Fonte: originais da pesquisa com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

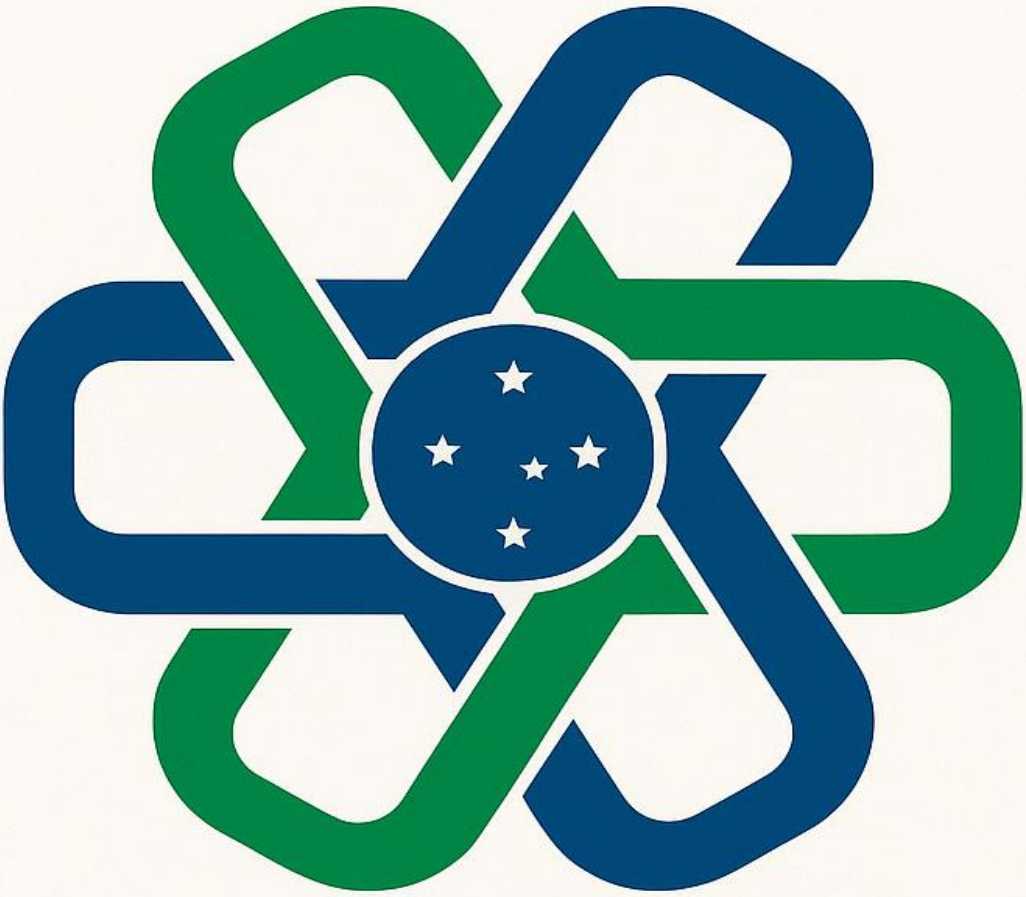
Embora se tenha registrado avanços, persiste-se desafios como a necessidade de qualificação profissional, o incentivo à formalização de microempresas e a ampliação do acesso a serviços financeiros e a apoio institucional. Então, propõem-se ampliar as políticas de qualificação profissional, com foco prioritário em jovens e mulheres; expandir o suporte técnico e financeiro às micro e pequenas empresas, por meio de parcerias com instituições públicas ou privadas; aprimorar os sistemas de monitoramento e diagnóstico do mercado de trabalho, de modo a embasar políticas públicas mais eficazes; e estimular a formalização de trabalhadores autônomos e informais, por meio de campanhas educativas e da ampliação do acesso ao regime de Microempreendedor Individual (MEI).

REFERÊNCIAS

LAGO, L. C. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2012. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/autogestao_brasil2013.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

GOMES, E. S. **As atividades de comércio e serviços do consumo produtivo nas cidades médias brasileiras: Marília-SP e Londrina-PR**. 2015. 1 CD-ROM. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/139247. Acesso em: 15 jun. 2025.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. 2023. Disponível em: https://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf. Acesso em: 15 jun. 2025



UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná

NOTA TÉCNICA – V. 1, N. 6, 2025

A FUNÇÃO CENTRAL DA AGROPECUÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE MENOR PORTE DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE LONDRINA

João Vitor Bueno Bertanha[1]
Luis Felipe Rebeque da Silva[2]
Paulo Guilherme Alarcon Fernandes[3]

Esta nota técnica analisou a interação entre os indicadores econômicos de produção, com foco na relevância da agropecuária, sua eficiência, sustentabilidade e contribuição ao avanço tecnológico do setor, dentro do contexto socioeconômico da Região Geográfica Intermediária (RGI) de Londrina. Situada no norte central do Paraná, a RGI de Londrina compreende 94 municípios, cuja economia é influenciada pela atividade agropecuária. Posto isso, o agronegócio representa uma fonte de geração de renda para as famílias locais. Por intermédio da intensificação de iniciativas voltadas à mecanização, à inovação tecnológica e ao aprimoramento logístico, torna-se relevante entender os impactos econômicos regionais deste segmento.

Na sequência, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IGBE, 2021) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2025), selecionou-se os dez municípios com maior Produto Interno Bruto (PIB): Londrina, Cambé, Arapongas, Apucarana, Rolândia, Ibiporã, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Jaguapitã, Tabela 1. Com isso, em média, o agronegócio representa 5,42% do PIB desses municípios, subindo para 8,24% quando se exclui Londrina, cuja economia é dominada pelo setor de serviços, que responde por aproximadamente 55% do PIB local.

Tabela 1 - Relação entre a produção agropecuária e o PIB municipal (2021) – menor porcentagem

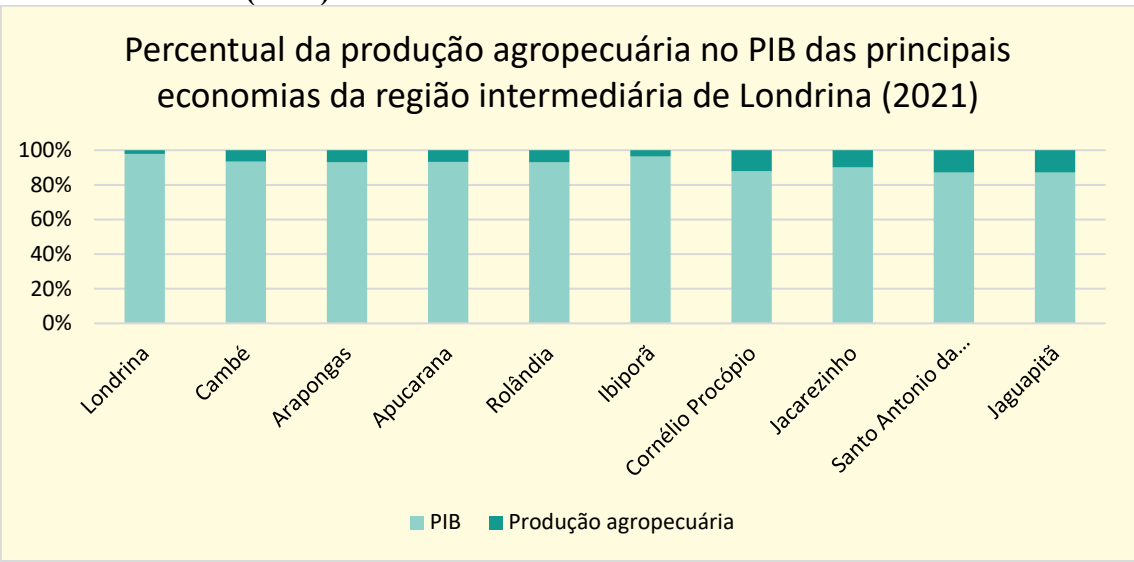
Cidade	PIB	Produção agropecuária	PIB/P.Agro
Londrina	R$ 23.604.749.275,00	R$ 529.678.345,00	2,24%
Cambé	R$ 5.030.074.486,00	R$ 351.440.740,00	6,99%
Arapongas	R$ 4.954.206.072,00	R$ 373.977.951,00	7,55%
Apucarana	R$ 3.874.313.563,00	R$ 281.831.223,00	7,27%
Rolândia	R$ 3.575.090.068,00	R$ 267.982.884,00	7,50%
Ibiporã	R$ 3.313.525.527,00	R$ 121.601.509,00	3,67%
Cornélio Procópio	R$ 1.812.311.204,00	R$ 249.520.210,00	13,77%
Jacarezinho	R$ 1.598.109.262,00	R$ 176.805.411,00	11,06%
Santo Antônio da Platina	R$ 1.505.670.645,00	R$ 223.510.291,00	14,84%
Jaguapitã	R$ 1.049.415.918,00	R$ 154.968.383,00	14,77%

Fonte: original da pesquisa com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IGBE, 2021)

[1] Aluno(a) de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.
[2] Aluno(a) de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.
[3] Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Apucarana (UNESPAR), Campus Apucarana.

A relevância da agropecuária se torna evidente em municípios afastados dos centros urbanos, Figura 1. Assim sendo, entre os municípios que compõem a 11ª a 20ª colocações no ranking do PIB regional, a agropecuária representa cerca de 27,54% da produção total, indicando forte dependência do setor nas economias menores. Assim, essa concentração pode limitar a diversificação produtiva e a resiliência econômica.

Figura 1 - Percentual da produção agropecuária no PIB das principais economias da região intermediária de Londrina (2021)



Fonte: original da pesquisa com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IGBE, 2021)

Portanto, nos períodos de expansão do setor agropecuário, observa-se uma elevação na demanda por bens e serviços, impulsionada pelo aumento da renda setorial. Ramos como o imobiliário, de maquinário agrícola e de veículos costumam se beneficiar desse ciclo. Entretanto, a elevada dependência da agropecuária em municípios como Leópolis, Santa Mariana e Congonhinhas, Tabela 2, pode gerar vulnerabilidades em períodos de entressafra, impactando negativamente a demanda agregada, dado o caráter sazonal da produção.

Tabela 2 - Relação entre a produção agropecuária e o PIB municipal (2021) – maior porcentagem

Cidade	PIB	Produção agropecuária	PIB/P.Agro
Bandeirantes	R$ 1.033.526.118,00	R$ 303.278.537,00	29,34%
Ivaiporã	R$ 947.877.939,00	R$ 148.004.498,00	15,61%
Andirá	R$ 816.547.870,00	R$ 119.514.232,00	14,64%
Sertanópolis	R$ 690.824.418,00	R$ 168.693.509,00	24,42%
Assaí	R$ 539.584.848,00	R$ 169.081.980,00	31,34%
Bela vista do Paraíso	R$ 523.816.437,00	R$ 92.512.237,00	17,66%

Santa Mariana	R$ 493.091.745,00	R$ 229.735.266,00	46,59%
Nova Fátima	R$ 314.948.122,00	R$ 114.884.135,00	36,48%
Conconhinhas	R$ 285.636.204,00	R$ 123.365.794,00	43,19%
Leópolis	R$ 227.386.639,00	R$ 149.004.017,00	65,53%

Fonte: original da pesquisa com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IGBE, 2021)

Apesar da centralidade do agronegócio na região de Londrina, a elevada dependência de alguns municípios reforça a necessidade de políticas públicas que promovam estabilidade ao longo do ano. Desta forma, subsídios e incentivos podem contribuir para suavizar os efeitos da sazonalidade. No que tange à concentração fundiária, medidas como a redistribuição de terras improdutivas, conforme preconizado por projetos de reforma agrária, podem amenizar desigualdades estruturais no acesso à terra.

Destaca-se, ainda, a criação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Paraná (2025), iniciativa do governo estadual voltada às cadeias produtivas do agronegócio. Esse fundo busca financiar expansão produtiva, aquisição de maquinário, sistemas de irrigação e soluções logísticas. Embora seus impactos ainda não estejam completamente mensurados, o FIDC representa um instrumento promissor para estimular a modernização de pequenas propriedades.

Em conclusão, a agropecuária é um pilar da economia da região intermediária de Londrina. Desse modo, para garantir sua sustentabilidade a longo prazo, é necessário um planejamento estratégico que promova a diversificação econômica, reduza desigualdades fundiárias e fortaleça os pequenos produtores rurais.

Em resumo, as políticas públicas são capazes de aumentar o bem-estar social e o desenvolvimento regional. Com isso, sua formulação e implementação devem ser pautadas pelo planejamento, pela transparência e pela orientação a resultados. Além disso, o uso eficaz dos instrumentos orçamentários permite o monitoramento da execução fiscal e a avaliação de políticas, tornando-as mais eficientes.

REFERÊNCIAS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios?t=pib-por-municipio&c=4123907. Acesso em: 24 maio 2025.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **PIB dos Municípios**. 2025. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipios. Acesso em: 24 maio 2025.

PARANÁ. Fomento Paraná. **Paraná lança fundo inédito no Brasil para financiar até R$ 2 bilhões ao agro.** 2025. Disponível em: https://www.fomento.pr.gov.br/Noticia/Parana-lanca-fundo-inedito-no-Brasil-para-financiar-ate-R-2-bilhoes-ao-agro. Acesso em: 24 maio 2025.